

OS “RIBEIRINHOS” DO PANTANAL NORTE: AS ESPACIALIZAÇÕES LOCAIS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO (1870-1930)

Ana Carolina da Silva Borges¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir e analisar a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza na extensa área alagável do Pantanal Norte, tendo um interesse maior pelos moradores da beira dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 a 1930, chamados externamente de “ribeirinhos”. Neste artigo, analisamos o universo pantaneiro que os “ribeirinhos” ajudaram a compor, percebendo suas práticas diárias, seus saberes, seus valores e suas lógicas, após o fim da Guerra com o Paraguai (1870) e a reabertura da navegação fluvial, tendo em vista o aumento das relações de troca e comércio locais com as embarcações fluviais, que permitiram a intensificação da exploração dos recursos naturais e a alteração na paisagem pantaneira. Todavia essas modificações oriundas de um mercado mundial em expansão, carregadas de valores, normas e preceitos “modernos” e “civilizados” não atingiu o cotidiano dos “ribeirinhos” como uma pressão externa que impunha alterações bruscas e repentinas. Isto porque os “ribeirinhos” ao atualizar seus costumes o fizeram por meio de uma racionalidade local que escapava das formas de controle dos principais grupos políticos vigentes no período em questão

PALAVRAS-CHAVE: “ribeirinhos”; cotidiano; Pantanal.

ABSTRACT: The objective of this paper is to discuss and analyze the relationship between the society and the extensive nature in the wetland in the northern Pantanal, taking a greater interest by the residents along the Rivers São Lourenço and Cuiaba, between the years of 1870 to 1930, known for externally “ribeirinhos”. we analyzed in the universe that the “ribeirinhos” helped to compose, realizing their daily practices, their knowledge, their values and their logic after the War with Paraguay (1870) and the reopening of river traffic, having in view the growth of the relations of exchange and trade places with the river boats, which led to the intensification in exploitation of natural resources and changed the landscape of the Pantanal. However these changes from a growing world market, laden with values, norms and precepts “modern” and “civilized” not reached the everyday of “ribeirinhos”

¹ Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora Substituta da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: anaborgeshis@gmail.com.

as an external pressure as imposing sudden and dramatic changes. This is because the “ribeirinhos” to update their customs did so through a local rationality who escaped the control of the main political groups existing in the period in question.

KEYWORDS: “ribeirinhos”; everyday; Pantanal.

Com uma área correspondente aproximadamente em 396.800 km², abrangendo regiões centrais da América do Sul, dividida entre os países da Bolívia, Brasil e Paraguai, o Pantanal é um dos biomas mais ricos do mundo em biodiversidade, com uma economia que se volta cada vez mais para a exploração do turismo ambiental.

A parte brasileira que compõem este extenso território localiza-se nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, possuindo terras tanto elevadas quanto inundáveis. O pantanal mato-grossense situa-se da Bacia do Alto Paraguai. A historiadora Maria da Fátima Costa², ao fazer um apanhado histórico desta bacia enfatiza que em Mato Grosso, esta ocupa uma área correspondente a 186.352 km², partindo da Chapada dos Parecis, lugar em que nasce muito dos rios, seguindo até a baixada cuiabana, estendendo-se as terras ao sul, onde seus rios encontram-se, formando uma enorme planície inundável. Tida como a região mais populosa de Mato Grosso, esta área é formada por dois ecossistemas que são significativos para o planeta: o Pantanal e o Cerrado³.

Para entender um pouco a região do Alto Paraguai, torna-se necessário compreender a importância do rio Paraguai em sua dimensão física. Este rio tem sua nascente no brejal das Sete Léguas, a dezoito quilômetros da cidade de Diamantino, em Mato Grosso, distante a aproximadamente 240 km ao norte de Cuiabá. O rio Paraguai está geograficamente dividido em três partes. Segundo E. P. da Silva, a primeira parte constitui-se pelo Alto Paraguai, que atravessa o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, percorrendo uma distância de 1.873 km desde o seu nascedouro até atingir o rio Apa; a segunda parte é o Médio Paraguai, trecho que segue do rio Apa em diante, até encontrar-se com o rio Tebicuaru, percorrendo um trajeto de 797 km que atravessa o Paraguai

² COSTA, M. de F. História da ocupação da Bacia do Alto Paraguai. Relatório do Projeto *Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na Bacia do Alto Paraguai*. Fase 1: Diagnóstico. Convenio de cooperação científico-tecnológico Brasil-Alemanha. NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos. UFMT. Cuiabá- Tubingen, 1995.

³ *Idem, ididem*, p. 13.

e a Argentina; e a terceira compreende o Baixo Paraguai, que também corta os países supracitados, partindo do rio Taquari até juntar-se ao rio Paraná⁴.

É no Alto Paraguai, portanto, que se encontra localizado o Pantanal Norte Mato-Grossense, assim como as cabeceiras de todos os seus rios formadores, que por sua vez encontram-se inseridos em território brasileiro. Este trabalho tem como recorte espacial, o estudo de uma parte do território pantaneiro mato-grossense, abrangendo as áreas situadas às margens dos rios São Lourenço⁵ e Cuiabá⁶.

Em virtude de suas condições geográficas peculiares, de fato, é possível observamos que atualmente o Pantanal tem sido alvo de muitas pesquisas e de diversos olhares. Este ambiente é valorizado, sobretudo pelos seus aspectos naturais - a diversidade da flora e da fauna e o funcionamento do ciclo das águas. Contudo, a relação dos homens e mulheres que habitavam e habitam este ambiente tem sido sistematicamente silenciada em favor de uma visão idílica sobre meio natural.

Este artigo busca fazer outro caminho, pois se centraliza na análise crítica e reflexiva sobre uma pequena parcela dos trabalhadores rurais de Mato Grosso, localizada ao longo das margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 a 1930, região esta atualmente conhecida como Pantanal Norte, atentando principalmente para o estudo dos habitantes denominados de “ribeirinhos”. Daremos atenção especial as modificações ocorridas nas práticas rurais realizadas pela mão de obra masculina e feminina, percebendo as continuidades e descontinuidades em um processo de reconstrução espacial local. Nesse sentido, utilizamos ao longo deste trabalho

⁴ PONCE, G. apud SILVA, E. P. *O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso (1870-1930)*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002, p. 53.

⁵ No que toca ao ambiente físico do rio São Lourenço podemos dizer que tem mais de oitocentos e cinquenta quilômetros de extensão, dentre os quais aproximadamente seiscientos são navegáveis, cujos maiores afluentes são os rios Água Branca, Paranaíba, Roncador, Itiquira e o Cuiabá, tido como seu principal afluente. SILVA, E. P. *O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso (1870-1930)*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002, p. 54. Aliás existe certa polêmica criada em torno dos rios Cuiabá e São Lourenço, no que se refira a quem seja afluente de quem, isto pode ser vislumbrado inclusive nos mapas históricos que estarão presente ao longo desta dissertação, porém, partimos da premissa - seguida em grande parte pelos geógrafos - de que o rio Cuiabá seja afluente do rio São Lourenço e não ao contrário.

⁶ Já em relação ao rio Cuiabá, existem registros de que este vem desde a montanha do Tom-bador, despencando suas águas em uma cascata em torno de trinta metros de altura, tendo como um dos principais tributários os rios: Triste, Quicho (Diamantino), Manso (Chapada), Coxipó Assu, Coxipó Mirim, Coceas, os dois Aricás e o Cuiabá Mirim. *Idem, ibidem*, p. 54.

o termo “espacialidade”, pois entendemos que a área em estudo era formada por atitudes humanas, com suas vivências e atividades cotidianas, uma vez que o espaço é composto por práticas por meio de operações que orientam, circunstanciam e temporalizam os lugares, como bem salienta Michel de Certeau. Efeito produzido em seu pleno funcionamento através de uma unidade de poli-valência inscrita em programas conflituais⁷.

De acordo com este autor o espaço não se limita ao ambiente físico, geográfico e natural; ele vai muito além, pois é permeado especialmente, por um conjunto de ações e experiências realizadas em seu cotidiano⁸, dos quais vale ressaltar que muitos elementos escapam à nossa compreensão⁹.

OS “RIBEIRINHOS”

O termo “ribeirinho”, segundo Martina Neuburger, em seu artigo intitulado: “Engenho Velho e Miguel Novo: comunidades ribeirinhas em transformações”, publicado em 1994, provém, “etimologicamente falando da ‘palavra ‘ribeiro’, ela designa, numa interpretação ampla, pessoas que andam e vivem pelos rios e ribeiros”¹⁰.

Analisando uma parte das comunidades presentes à beira do rio Cuiabá, localizada aproximadamente a 12 km do noroeste do distrito de Santo Antônio do Leverger, Neuburger afirma que o “rio forma o elemento característico dos ribeirinhos”¹¹, em que a vida gira em torno das águas a frente de suas casas. Dessa forma, o peixe se constitui como fator fundamental para a reprodução das práticas locais, servindo não apenas como principal alimento, mas também como fonte de sobrevivência. Em decorrência da importância do rio, teriam estes trabalhadores rurais que se adaptar ao seu meio, conforme a oscilação aquática pantaneira. A autora ainda enfatiza que:

⁷ CERTEAU, M., *op. cit.*, p. 202.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 202.

⁹ “Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições, o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto o faz ser como aparecer. Mas também o desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado os elementos espaciais [...] selecionada portanto.” *Idem, ibidem*, p. 178.

¹⁰ NEUBURGER, M. Engenho Velho e Miguel Novo: comunidades ribeirinhas em transformações. In: *Cadernos do NERU, Ambiente: uma abordagem sócio-econômica*. Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos-ICHS-UFMT. Cuiabá, EdUFMT, 1994, p. 107-130.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 108-109.

Outra característica da vida dos ribeirinhos é o isolamento espacial: o acesso a sua residência dificilmente pode ser realizado pela via terrestre. O contato com outras comunidades, assim como o comércio, se fazem através do rio. As atividades econômicas dos ribeirinhos são caracterizadas pela subsistência. Ao lado da pesca, a qual é dedicada a maior parte do tempo do trabalho, temos o plantio de alimentos de pequenas roças. Em resumo o termo ribeirinho define uma forma de vida rural intimamente atrelada ao contato com o rio e marcada pela economia de subsistência.¹²

Gostaríamos de tecer alguns comentários sobre as afirmações desta autora. Assim, a idéia de que os “ribeirinhos” tinham uma vida, quase que tão somente, dedicada ao seu forte vínculo com a água, nos leva a refletir sobre o sentido da pesca em seu cotidiano. Ao apontar que o rio era um elemento central para a sua reprodução rural, acreditamos que a autora minimiza a importância de outros espaços.

A visão desta autora decorre, de pesquisas mais recentes, que trataram a respeito de pescadores “profissionais”, muito dos quais nomeiam de modo inapropriado os moradores fixados às margens dos rios como “ribeirinhos”. Aliás, infelizmente ainda é bastante recorrente confundirem “ribeirinhos” com pescadores, atribuindo o mesmo significado a ambos não os diferenciando de acordo com seu espaço e tempo específicos.

Carolina Joana da Silva e Joana A. Fernandes Silva, (1994), que estudaram as modificações ocorridas na década de 1970, na área de Mimoso, próximo ao rio Cuiabá, e tiveram um contato direto com os pescadores da região, apontam que práticas ligadas à pesca estavam se tornando cada vez mais especializadas. Esta nova modalidade de pesca, enquanto atividade comercial teve origem com a falência das usinas de açúcar e do refluxo do comércio fluvial, além do parcelamento das antigas terras de sesmaria¹³.

¹² *Idem, ibidem*, p. 109.

¹³ Em relação a área estudada por ambas pesquisadoras destaca-se que, “Mimoso surgiu de uma sesmaria de treze mil hectares, a de Morro Grande, que foi doada a um casal no início do século XIX, Joaquina Gomes e Lucas Evangelista. A descendência desse casal continuou vivendo e reproduzindo um modo de vida bastante particular. Inicialmente baseado na criação de grandes rebanhos bovinos e eqüinos e com uma agricultura para a sustentação de famílias nucleares. Com o aumento da população, entrada de zoonoses que contaminaram o rebanho e com a diminuição das áreas disponíveis para as pastagens – principalmente em função de um alagamento definitivo que roubou praticamente 50% das terras de sesmaria – e com a mudança da configuração política de Mato Grosso, a partir da década de 60, houve um empobrecimento progressivo da população mimosiana. Atualmente, há muitas famílias com apenas uma ou duas reses e o maior criador de gado afirma não ter mais que duzentas

Isso teria ocasionado o agravamento das condições de vida das populações da beira do rio Cuiabá, “a perda de terras, ou a possibilidade de ocupá-las, a perda de emprego fez com que as pessoas tivessem que se voltar para a pesca, como única alternativa de sobrevivência”¹⁴.

Diferentemente deste contexto, da segunda metade do século XX, em que os “ribeirinhos” são identificados como pescadores, na segunda metade do século XIX, os “ribeirinhos”, segundo aponta a documentação e a bibliografia especializada, podem ser definidos como pequenos agricultores livres que possuíam relativa autonomia em relação às fazendas e aos engenhos e usinas. Os mesmos dedicavam-se à agricultura, como o plantio de milho, criavam animais domésticos e gado, além de praticarem a pesca e a caça; produziam para a sua vivência e também comercializavam seus produtos de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos, do qual trataremos aqui o referente aos anos de 1870-1930. Esses aspectos serão discutidos ao longo desta dissertação, de modo que os denominados “ribeirinhos” sejam entendidos e definidos no âmbito de sua singularidade espacial e temporal.

Para percebemos esse fato, tivemos como fio condutor o conceito de *proveniência*¹⁵ e *emergência*¹⁶ do filósofo francês Foucault. Para este estudioso, muito mais importante do que entender a *origem* das palavras ou das coisas,

cabeças”. SILVA, J. A. F. Tempo, mito e história de Mimoso. In: *Territórios e Fronteiras*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, p. 254, 2000. Outro ponto a ser reiterado é que a memória dos moradores locais é ainda fortemente marcado pela figura de Antônio Candido Rondon, lugar em que nasceu e que detinha um forte vínculo familiar.

¹⁴ DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. *No ritmo das águas do Pantanal mato-grossense*. São Paulo: NUPAUB- Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações e Áreas Úmidas Brasileiras, 1995. p. 59

¹⁵ A proveniência articula o corpo e a história, ela “deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (p. 22). Não se trata, portanto, de descobrir de onde veio determinada idéia ou sentimento, mas encontrar marcas sutis que entrecruzam esta idéia ou sentimento com outros em “uma rede difícil de desembaraçar” (p. 20). Trata-se de a partir do corpo estudar as marcas inscritas pela história, marcas que estão na superfície do corpo e não em sua suposta essência, ou melhor, “não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (p. 21). A proveniência fornece as relações que estão em jogo, não através de um passado sempre reconduzido, mas na instância em que ocorrem as disputas, as lutas que permitem que determinado *saber* se sobreponha aos outros (p. 22). FOUCAULT, M. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

¹⁶ Em relação à emergência, esta é definida enquanto o espaço, os interstícios deixados pela proveniência. A proveniência fornece as regras e a emergência é o espaço de disputa pela manipulação destas regras, “a emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro cada uma com seu vigor e sua própria juventude”. *Idem, ibidem*, p. 24.

é compreender como em um determinado momento histórico um conjunto de valores, idéias e lógicas se tornam significativas em uma dada sociedade a ponto de dar legitimidade e autoridade para inúmeras ações. Foucault nos chama a atenção no sentido de que a *essência* em história é algo que deve questionado, repensada, pois ela conota a idéia de cristalização, de continuidade e homogeneidade. Ao invés disso, os pesquisadores deveriam se ocupar em encontrar as heterogeneidades, as descontinuidades, para que possa descrevê-las, reagrupá-las, e desnudar suas relações institucionais, os interesses que norteiam sua produção sem recorrer a teorias abstratas, fora dos discursos, este é um desafio que compõe a *Arqueologia do Saber* de Foucault¹⁷.

Nesse ponto, podemos perceber que a palavra “ribeirinhos” era recorrentemente mencionada em diversas tipologias documentais. Contudo, nas últimas décadas do século XIX, no Pantanal Norte esse termo *emerge* articulado a uma rede de idéias e lógicas inerentes de uma “sociedade moderna”. Portanto ela foi uma construção externa, criada fora do universo pantaneiro. Esta denominação circulava intensamente na sociedade mato-grossense, em que podemos antecipar, detinha certa legitimidade porque estava articulado com os pensamentos e a moralidade intrínseca de uma “sociedade industrial”, que tinha como base um “tempo veloz”. Isto é, o termo “ribeirinhos” tinha atributos que se baseavam nos preceitos prescritos por uma sociedade na qual, uma parte expressiva dos segmentos sociais de Mato Grosso buscava atingir – a “civilizada”¹⁸.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

¹⁸ Para esclarecer melhor esta questão ao leitor, seria interessante destacar que a terminologia “ribeirinhos” era uma denominação externa, reproduzida por grupos de letrados, se constituindo enquanto parte de um conjunto de *representações* que tinha um interesse bastante claro: menosprezar, desvalorizar, desqualificar grupos rurais autônomos da beira do rio, que estavam distantes do protótipo ideal de trabalhador. Foi possível perceber também que essas representações emergiram por parte dos viajantes estrangeiros que estiveram visitando Mato Grosso, sendo posteriormente apropriada e ressignificada até certo ponto pelos principais grupos políticos locais, por isso era recorrente encontrarmos o termo “ribeirinhos”, tanto nos relatos de viagens como nos relatórios de presidente da província e do estado de Mato Grosso. No caso dos “ribeirinhos”, os grupos políticos proeminentes de Mato Grosso não apenas lhes atribuíam uma imagem negativa, mas intercalavam um conjunto de *representações* à outras práticas sociais como a aplicação de leis ambientais, regularização territorial, projetos de colonização e expedições científicas e exploratórias. E mais, percebemos que esta prática discursiva estava firmemente inserida no contexto histórico específico recebendo fortes influências externas: a retórica legitimadora de uma sociedade “moderna” e “civilizada”, características atribuídas comumente à busca pelo “progresso”. Cf. BORGES, A. C. da. “Nas margens da História: comunidades ‘ribeirinhas’ e ruralidade no Pantanal Norte (1870-1930)”. Dissertação de Mestrado, UFMT, 2008.

Contudo, é preciso salientar que o historiador - ao se utilizar de fontes escrita -, tenha em mente que estes são duplamente indiretas: primeiro porque são *escritas* e, segundo; porque foram produzidas por grupos hegemônicos - e portanto são permeados por interesses, motivações, ideias, sentimentos, fantasias, aspirações, esperanças e crenças intrínseco a uma cultura dominante¹⁹. Sendo assim, as informações de que dispomos de uma cultura popular para, como bem observa Ginzburg, chega até nos, historiados, através de filtros e intermediários que deformaram os pensamentos dos grupos “subalternos”²⁰.

Nos relatos de viagens do século XIX e do começo do século seguinte, seus autores escreviam sobre a paisagem, apontavam as potencialidades locais, com especial atenção para as espécies de plantas e animais, percorrendo com base em suas formações profissionais e acadêmicas. Porém, em alguns momentos, distanciavam-se de seus propósitos deixando, assim, emergir outras “vozes” e outras “paisagens”, notadamente as referentes à reprodução da ruralidade no ambiente pantaneiro, muitas vezes dissonantes em relação às suas percepções individuais, suas idéias etnocêntricas e seus interesses imediatos.

Tais como pequenos cacos despedaçados, ao longo dos relatos - e outras tipologias documentais que aqui serão utilizados, a exemplo dos processos criminais, documentos alfandegários, relatórios, falar e discursos de governantes provinciais e estaduais - esses observadores nos deixaram muitos e variados elementos referentes às especialidades e práticas locais, percebidas somente quando o pesquisador se permite “rachar as palavras” e entrecruzá-las com outras pesquisas e documentos. É a partir de então, que a análise se torna possível e viável, tendo como suporte a crítica documental, fundamental para o historiador²¹

Para que essa questão referente aos “ribeirinhos” fique mais bem posta, vejamos um pouco da composição dos meios rurais e suas atividades diárias, tal como a apreendeu o viajante Bartolomé Bossi, ao observar que:

[...] adiante e sobre ambas as costas vão se ia encontrando habitações com seus pequenos cultivos. Prepondera nesses plantios a cana de açúcar, a mandioca, a banana, e a laranja -Com o vapor vão tomando lenha a certa distancia desde da saída de Corumbá,

¹⁹ GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. *O queijo e os vermes* - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 32.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 20.

²¹ LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas-SP: UNICAMP, 1994. p. 109.

tem ocasião o viajante de trabalhar a terra três vezes ao dia e visitar essas pequenas populações que nada oferecem de particular- O terreno em ambas as costas são muito férteis.²²

A descrição dessa pequena propriedade oferece “ferramentas” para percebermos as atividades ali realizadas, pois nessa área “prepondera nesses plantios a cana-de-açúcar, a mandioca, a banana, e a laranja” o que indica que podemos ter uma breve noção de que próximo a essas habitações locais eram cultivados alimentos que poderiam ser consumidos ou produzir derivados, como doces e farinhas. A divisão espacial, as atividades locais e as possíveis relações de trocas ou de comércio, são aqui referenciadas.

O diferencial maior deste documento está justamente no fato de assinalar que os grupos rurais que moravam nas pequenas propriedades não se incluíam entre os trabalhadores empregados na fazenda. Assim, além dos agregados²³ e camaradas²⁴ o meio agrário pantaneiro ainda era composto por pequenos agricultores autônomos grupo rural denominado por Corrêa Filho como “ribeirinhos modestos”, caracterizado pela independência em relação aos latifúndios e pela pequena produção, mesmo que desenvolvessem trabalhos temporários nas fazendas. Segundo Lucídio:

Uma vez donos de uma pequena área de terra e não devedor, ao menos formalmente, de obrigações materiais diretas para com os fazendeiros e usineiros eles poderiam organizar seus meios de produção e

²² BOSSI, B. *op. cit.*, p. 51.

²³ Os agregados eram aqueles grupos de trabalhadores que normalmente residiam em um pedaço de terra cedido pelo patrão, onde podiam morar, estes vivendo com suas famílias, possuíam uma relação de maior proximidade com o fazendeiro, com acesso contínuo à sua residência e liberdade para desenvolver algumas atividades autônomas, como a agricultura e a criação de animais, garantindo, desse modo, a continuidade de sua reprodução social nas fazendas. CORRÊA FILHO, V. *Idem, ibidem*, p. 122. LUCÍDIO, J. A. B. A ocupação do Planalto Sul de Mato Grosso (1830-1870). 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 1991, p. 62

²⁴ Os camaradas podem ser caracterizados como os trabalhadores que com a ‘extinção’ da escravidão compunham um dos grupos sociais mais desfavorecidos nas relações de trabalho no campo, ocupando um lugar muito próximo ao do trabalho compulsório. Algumas vezes denominados também de “peões”, este grupo de trabalhadores rurais realizava trabalhos temporários nas fazendas, usinas e engenhos e estabeleciam uma relação diferenciada da que era conferida aos agregados, tendo em vista que era reduzido o compromisso com os laços de fidelidade com o seu patrão. Aliás, a própria qualificação de “peão” nos possibilita perceber certa dimensão da relação destes com as fazendas, que empregava uma mão-de-obra, sobretudo para a lida com o gado. CORRÊA FILHO, V. *Idem, ibidem*, p. 122.

reprodução da vida material da maneira que melhorar lhes aprouvesse ou fosse possível.²⁵

Sobre suas habitações não havia muita variação, sendo identificadas, de forma geral, por construções de pau-a-pique, cobertas com palha e de chão batido. Além da agricultura, da criação de animais, da caça e da pesca, os pequenos proprietários - homens e mulheres - que se territorializaram à beira dos rios também produziam derivados, como a farinha de mandioca, a farinha de milho, biscoitos, rapaduras e toucinhos, dentre outros. Esses produtos eram consumidos pelos agricultores e também vendidos aos comerciantes. Tais práticas comerciais de forma alguma podem ser vistas como “escambo”, uma vez que não eram trocadas outras espécies, mas sim comercializadas em dinheiro.

A ESPACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Percebemos que os espaços rurais poderiam expressar inúmeros fatores: diversidade social, as relações de poder, de solidariedade e o conhecimento local sobre o meio, além das relações de gênero. É justamente este último item que procuraremos adentrar a partir de então. Ressaltamos, contudo, que a nossa intenção aqui não é a de estudar profundamente a questão de gênero, mas sim utilizarmos-nos dela para realizar algumas observações. Sendo assim, vale a pena trazer à tona que os trabalhos não somente enveredam para as tarefas atribuídas às mulheres, pois suas análises ultrapassam essa perspectiva simplista. Trata-se, portanto, de compreender como se configuravam as relações sociais construídas entre homens, mulheres e crianças, atingindo a sociedade e seus grupos internos de diferentes formas, isto é, preocupa-se em interpretar a maneira como os grupos de sexo e idade distintos estabeleciam relações entre si diante dos valores culturais a eles agregados e conclamados nas práticas.

Acrescenta-se, ainda, que a questão de gênero permite apreender as diferenças tangenciais que perpassavam não apenas o fisiológico, mas também o social e o econômico²⁶. Nessa circunstância, gostaríamos de fazer algumas considerações, a partir da análise de Bourdieu²⁷, quando nos chama a atenção

²⁵ LUCÍDIO, J. A. B., *op. cit.*, p. 63.

²⁶ Cf.: LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

²⁷ BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, FE-EFRGS, v. 20, jul./dez. 1995.

para as relações de poder presentes na divisão sexual das ações diárias. De acordo com este autor, a delimitação do que deve ou não ser praticado entre os membros de cada família vai muito além dos elementos biológicos, pois têm implicações, sobretudo, nas trocas de experiência onde se processam as disputas, isto é, as lutas que, quase sempre, asseguram a dominação masculina. Em outras palavras, para Bourdieu a divisão sexual das atividades cotidianas é o momento em que age a legitimidade, cujos valores e regras construídos favorecem a figura masculina na formação e ocupação dos espaços, assim como as ações que sobre estes são exercidas.

As normas, preceitos e idéias que orientam as atividades diárias têm força ao serem praticadas, alcançando autoridade, visto que conseguem atingir o *habitus*²⁸ e naturalizar as diferenciações sociais, mascarando, assim, o caráter conflituoso que a ele está agregado²⁹.

Partindo desse pressuposto, há que se enfatizar que entre os estudos sobre o gênero é bastante recorrente encontrarmos alguns aspectos em relação à atribuição de tarefas prescritas como “produtivas” e “reprodutivas”. A socióloga brasileira Valdete Boni³⁰ destaca que:

[...] os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades que se destinam ao comércio [...]. O trabalho da mulher está mais ligado a casa: as pequenas

²⁸ BOURDIEU, P. *Sociologia: esboço de uma teoria da prática*. São Paulo: Ática, 1995. p. 47-81. Nas palavras do autor: “As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas a um meio socialmente estruturado, produzem o *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção do inconsciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (p. 60-61). Uma das principais contribuições da teoria da ação, e da noção de *habitus*, é o rompimento com o condicionamento do sujeito em relação às estruturas, como se não houvesse possibilidade de transformações e alterações através das práticas cotidianas. É importante não só entender as regras exteriores que organizam, orientam e controlam as atividades individuais, mas também a forma como essas regras são exteriorizadas e a possibilidade de sua atualização e modificação diante das práticas realizadas. Por isso, para entender o processo de espacialização e reprodução social das populações às margens do rio, no Pantanal Norte é necessário desenvolver um estudo que vá do *opus operatum* ao *modus operandi* das práticas de seus moradores locais.

²⁹ Cf.: BOURDIEU, P. A dominação masculina, *idem, ibidem*.

³⁰ BONI, V. *Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar*. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/01%20GT%20Valdete%20Boni.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

criações (vacas de leite, galinhas, porcos); a horta, ao cuidado com a educação dos filhos, às tarefas rotineiras [...].³¹

Silva e Gitahy³², não fugindo muito das observações feitas por Boni, enfatizam que as tarefas conferidas aos homens e mulheres envolvem, especialmente, noções de identidade. Segundo as duas autoras:

A construção das identidades masculina e feminina tem contribuído para a manutenção dessa divisão, sendo comum em nossa sociedade, de acordo com Bruschini que a mulher seja responsabilizada pelas atividades reprodutivas e o homem seja percebido como provedor da família. O trabalho produtivo faz parte da identidade masculina. Já, a construção da identidade feminina condiciona e limita a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente devido à constante necessidade de articular atividades domésticas e profissionais³³.

Diante disso, fica a questão: afinal, o que é o “produtivo” e o que é o “reprodutivo”? Qual a sua ligação com a divisão de trabalho? Aliás, quais os atributos que perpassam esses conceitos? Começemos pela divisão de trabalho. Segundo Daniele Kergoat³⁴:

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão sexual decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.).³⁵

Além do conceito, o que a antropóloga nos traz de mais significativo diz respeito à questões de espaço, tempo e dos grupos sociais que são diversificados e têm influência direta sobre a divisão sexual de trabalho. A autora demonstra ainda que os princípios organizadores que orientam as

³¹ *Idem, ibidem*, p. 5.

³² SILVA, N. S.; GITAHY, L. M. C. *Gênero, ciência e tecnologia*. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/G/Gitahy-Silva_22.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2008.

³³ *Idem, ibidem*, p. 1.

³⁴ KERGOAT, D. Relações sexuais de sexo e divisão sexual de trabalho. In: LOPES, M. J. M; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). *Saúde e gênero*. Porto Alegre: Artes Médica, 1996.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 2.

atividades dos indivíduos familiares não são rígidos, nem imutáveis. Kergoat ainda afirma que:

[...] problematizar em termos de divisão sexual de trabalho não remete, portanto, a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre variantes e variações, pois se esse raciocínio supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, ele implica estudar simultaneamente os deslocamentos e rupturas daquilo bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão.³⁶

Se a divisão sexual do trabalho está entrecruzada com as esferas das atividades “produtivas” e “reprodutivas”³⁷ da sociedade e com os grupos sociais que nelas se encontram, o que interessa saber é como os desvios entre cada unidade familiar podem ser percebidos, ao que a própria autora responde ao apontar os aspectos relevantes para uma reflexão sobre as atividades internas nas moradias. Kergoat observa que a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: “o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher)”³⁸.

Assim, o que se percebe geralmente é que entre esses *princípios de hierarquização* são destinadas funções que preconizam ao homem, a administração interna da casa, já à mulher ficam relegadas tarefas consideradas secundárias. Por isso é bastante comum seus espaços de ações se limitar aos ambientes domésticos e, concomitantemente, privados.

No Pantanal, em um estudo de caso entre as comunidades rurais residentes do distrito de Joselândia, região de Barão de Melgaço, em um período atual, Guerreiro constata que:

³⁶ KERGOAT, D. *idem, ibidem.*, p. 1-2.

³⁷ De acordo com Nobre, o trabalho *produtivo* está associado a produção agrícola, pecuária, extrativista e todas outras que prescrevam alguma circulação monetária ou esteja inserida no mercado, de forma direta ou indireta. Já a *reprodutiva* envolve os trabalhos domésticos, as hortas, a criação de animais domésticos, a indústria caseira, as provisões alimentícias e a educação das crianças. Esta concepção acabou por corroborar na formação da idéia de que casa-quintal e roçado são dois espaços antagônicos entre homens e mulheres. NOBRE, M., *idem, ibidem.*, p. 7.

³⁸ KERGOAT, D. *idem, ibidem.*, p. 1.

[...] o homem é responsável pelo trabalho agrícola (*roçado*), a mulher cabe o cuidado com o espaço *casa-quintal*, ou seja, o zelo com a casa e a alimentação com animais domésticos e pequenas criações. Se necessário, a mulher ajuda não é trabalho de campo.³⁹

Notemos que, segundo as observações de Guerreiro à mulher cabe desenvolver ações cotidianas voltadas para um espaço mais restrito, realizado, se não somente dentro das moradias, pelo menos em suas proximidades. Já o homem possui uma autonomia maior sobre a sua perambulação e vivência entre os demais ambientes.

Outro elemento trazido por essa pesquisadora se refere ao fato de que a mulher, quando oferece suas práticas rurais no espaço masculino, não agrega o mesmo valor atribuído à mão de obra do homem, pois suas atividades são percebidas enquanto “ajuda”. Nesse ponto, Valdete Boni informa que:

[...] a condição de ajudante implica também no *status* de quem a prática, o seu trabalho é subsidiário, ou seja, é tido como menos importante do que o trabalho de quem é ajudado. Esta situação tende a ser condição permanente para a mulher, uma vez que para o filho, a condição de ajudante é visto como temporária porque é ele quem, na maioria das vezes vai suceder o pai no comando da propriedade.⁴⁰

Para compreendermos essa questão, é preciso trazer as considerações feitas por Grangi⁴¹, ao afirmar que:

[...] o trabalho doméstico da mulher é considerado infinitamente elástico uma vez que ela transita por ambos os espaços: o da produção e da reprodução, o que indica que há uma flexibilização das atividades consideradas produtivas, o que não acontece com as atividades reprodutivas e domésticas.⁴²

Concordamos com as observações desse autor, no que diz respeito à elasticidade das atividades femininas, mas afirmar que esse aspecto envolve

³⁹ GUERRO, G. C. A participação da mulher na distribuição da renda domiciliar *per capita* nas áreas rurais de Mato Grosso: 1992-2004. Monografia apresentada ao Departamento da Economia da UFMT, 2006, p. 15.

⁴⁰ BONI, V., *idem, ibidem*, p. 6.

⁴¹ GRANDI, A. B. Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina - Brasil. In: *Algumas questões de gênero entre a agricultura familiar*. Cadernos de pesquisa, n. 21, p. 29-45, jun. 2000.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 30.

apenas as mulheres é entendê-lo como um fator determinista. Ao contrário, temos que levar em conta que as tarefas cotidianas envolvem graus de complexidade bem maiores, pois o inverso também pode acontecer. Ou seja, essa elasticidade é possível e viável para os dois lados, porém, projetam relações assimétricas quando realizadas pelos homens e pelas mulheres.

Os espaços rurais estão longe de serem constituídos por uma divisão sexual de trabalho tão cristalizada a ponto de sua quebra ser impossível, onde o *roçado* é representado como espaço público e, predominantemente, masculino, em contrapartida à *casa*, esfera do privado, que ativa, exclusivamente, a mão de obra e as obrigações femininas. Esse caráter bi-polarizador⁴³, recusa a presença de certa flexibilidade entre as atividades diárias e, especialmente, nega às famílias a possibilidade de reconstrução dos espaços, a atualização das vivências cotidianas, bem como a recriação cultural, pois, para que isso ocorra, os valores terão que ser repensados, refeitos ou perpetuados de formas distintas.

Nesse sentido, as reflexões de Cláudia J. Maia⁴⁴ são bastante oportunas. De fato, segundo essa pesquisadora:

A propriedade camponesa é o lugar do trabalho e é, igualmente, resultado do processo de trabalho - uma construção simbólica, relativa à hierarquia e à construção de gênero. Ela é um conjunto de espaços construídos e articulados entre si, que possibilita a sua reprodução social. Há uma representação desses espaços culturalmente construídos, onde se dá o processo de trabalho, ligando-os, por excelência, a uma esfera de domínio masculino ou a uma esfera de domínio feminino.⁴⁵

A autora, como se pode constatar, rebate a idéia de que os espaços de trabalho sejam formados por elementos de intensa restrição sobre as ações cotidianas, por parte de homens, mulheres e crianças, atribuindo internamente uma organização contínua, severamente estruturada, solidificada e sedimentada. Relativo aos dias atuais, esse aspecto foi identificado no Pantanal Norte, por Guerreiro, que faz as seguintes observações:

Entretanto, os espaços de trabalho não são rigidamente separados, e a *precisão* - categoria que relacionada as

⁴³ WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*. Brasília: UNB, 1997. p.192.

⁴⁴ MAIA, C. J. Trabalho feminino e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. In: *Mulher e trabalho*. Publicação especial do convenio da pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Porto Alegre: Irene Maria Sassi Galeazzi, 2004.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 90

necessidade de maior intensificação do uso da força de trabalho familiar no processo produtivo (MAIA, 2004, p. 92) - a definidora da reorganização destes. Ainda que a hierarquia de gênero permaneça, notadamente na classificação dos trabalhos femininos e infantil como “ajuda”, percebe-se que determinadas etapas do ciclo produtivo, o *roçado* se torna um espaço híbrido, bem como os cuidados com casa em momentos críticos de doença ou em que todos os membros estão envolvidos com a “luta” com a terra.⁴⁶

No que toca à temporalidade, percebemos que esse hibridismo ocorreu nas atividades voltadas para a indústria caseira de alimentos, assim como para a criação de pequenos animais domésticos, ou seja, para aquelas atividades que eram desenvolvidas nos espaços *casas-quintais*⁴⁷.

Nesses termos, é pertinente acrescentarmos que algumas dessas ações eram realizadas pelos jovens. A esse respeito, Guerreiro afirma que:

No entanto, existem funções que são desempenhadas exclusivamente pelo homem: a derrubada na mata e o cuidado com o solo antes do cultivo, o “trabalho pesado” do rocio. Os filhos constituem força de trabalho familiar: os rapazes aprendem o trabalho no campo com o pai, as moças aprendem os “afazeres de mulher”. Os trabalhos artesanais como a tecelagem de redes, costuras, fabrico de farinha e doces são realizadas pelas mulheres, gerando renda adicional.⁴⁸

Notemos que as tarefas femininas que contabilizam um retorno de capital são tidas enquanto “complemento”, pois as principais, ou pelo menos as mais estimadas internamente, são desempenhadas e gerenciadas pelos homens. A “ajuda” familiar que a mulher prestava não estava restrita às atividades que se desenrolavam nos espaços masculinos, mas se desdobravam também ao retorno financeiro ou de troca que as ações nos espaços femininos podiam proporcionar.

Guerreiro percebe que os filhos dos trabalhadores rurais aprendem logo cedo a seguir o mesmo caminho traçado por seus pais, perpetuando os preceitos considerados tradicionalmente pertinentes às ações diárias. A hierarquia de funções atribuída a cada espaço rural é, dessa forma, engendrada entre

⁴⁶ GUERREIRO, G. C., *idem, ibidem*, p. 15.

⁴⁷ Daremos maior ênfase nas mudanças transcorridas no cotidiano dos agricultores da beira do rio no próximo capítulo, em que as reconstruções espaciais e, simultaneamente, culturais terá maior atenção.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 15.

os descendentes locais.

Além dos jovens, é possível assinalar também alguns elementos que envolvem os espaços de convivência cotidiana das crianças. Para isso, retomemos algumas afirmações feitas sobre os espaços infantis no meio rural, que nos convidam a pensar em suas vivências familiares. Vejamos, a respeito, as observações feitas por Nobre:

Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento dos meninos e meninas, percebemos que na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre os meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida”.⁴⁹

Explica esta autora que a delimitação sobre a ocupação e a espacialização internas só irão alcançar um caráter divisório quando as crianças chegarem à idade que lhes permita praticar a hierarquia local. Será a partir de então que as elas irão ultrapassar a fronteira simbólica e espacial que diferencia, mesmo que mascaradamente, as obrigações entre os sexos.

No Pantanal, esse espaço de convivência diária também foi percebido pelos viajantes no período pós-guerra com o Paraguai. Roosevelt descreveu, ao chegar a uma grande propriedade localizada às margens do rio Cuiabá, a presença infantil nos quintais ou nas áreas limpas que cercavam o conjunto de moradias dos empregados contratados pelos “senhores”, onde “as crianças brincavam alegremente na poeira, vigiadas com ternura pelas mães”⁵⁰.

Realmente, a moradia era um ambiente bastante frequentado pelos meninos e meninas. Sobre as habitações à beira do rio Cuiabá, Mulhall avalia que:

Algumas das casas eram grandes e bem construídas, com alguns escravos; outras, simples ranchos, com uma rede, violão, arma de fogo, rede de pesca e arpão. As casas estavam sempre cheias de crianças.⁵¹

⁴⁹ NOBRE, M., *idem, ibidem*, p. 11.

⁵⁰ ROOSEVELT, T. *Nas selvas do Brasil*. Tradução de Luiz Guimarães Junior; apresentação de Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1976. p. 51.

⁵¹ MULHALL, M. G. Viagem a Mato Grosso. Publicações Avulsas, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n. 11, p. 41-2, 1998.

Fazendas, usinas de açúcar, sítios, ranchos e engenhos, possivelmente não apresentavam grandes distinções cotidianas, no que se refere aos espaços infantis. Provavelmente, a elas cabia ficar, quase sempre, próximas aos pais por vários motivos desde a vigilância, em decorrência dos perigos a que estavam expostas até a prática “pedagógica”, que possibilitava a transmissão de conhecimentos de geração para geração. Além do mais, é possível apreender que a educação dos filhos, ainda nos primeiros anos de vida, era uma função atribuída à mulher, já que os ambientes internos frequentados pelas crianças eram os espaços geralmente de competência da figura feminina – a *casa-quintal*, mas que era também, como já observado, espaço frequentado pelo homem.

Enfim, as crianças, até os cinco anos de idade, ainda não estavam inseridas nesse mundo hierárquico da diferenciação sexual do trabalho, e suas convivências eram tratadas com igualdade, frequentando os mesmos ambientes e trocando experiências através de suas brincadeiras ou de simples atividades nos quintais, como alimentar a criação doméstica. E só irão ser separadas em universos distintos – as atividades femininas e masculinas –, quando estiverem maiores e aprenderem com seus pais que a circulação pelos espaços, desse momento em diante, deverá ser delimitada por tarefas, valores e moral. Nesse caso, é bastante provável que os ambientes praticados pelos meninos eram mais diversificados e mais extensos que os das meninas, como no caso da roça. Aliás, se nos ativermos ao “roçado”, podemos observar que esse ambiente, em grande parte, especializado por homens, ou seja, por pais de família e seus filhos.

A esse respeito, algumas pistas podem ser detectadas nos relatos de viajantes. O estrangeiro Smith, por exemplo, descreveu o massacre de parte de uma família fixada às margens do rio São Lourenço – ainda que uma índia que trabalhava como criada tenha procurado avisar, em vão, seus patrões sobre o possível ataque de índios –, informa que a tragédia não fora maior porque “o dono da casa foi para a roça levando consigo todos os homens da casa. Apenas saíram, de chofre os índios chegaram, matando a senhora com os filhos e mutilando-lhes os corpos horripelantemente”⁵².

Contudo, tendo como referência o Pantanal Norte, é preciso fazer algumas considerações críticas a respeito da divisão sexual das atividades

⁵² SMITH, A. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*: notas de um naturalista. São Paulo: Companhia Melhoramentos/Cayeras, 1922. Capítulo de Carlos Von Steinen sobre a capital de Matto Grosso, p. 279.

laborais formuladas por uma visão pragmática, que insiste em delimitar os espaços da *casa-quintal* à esfera feminina e o *roçado* à masculina.

Analisando os processos-crime, encontramos a presença feminina na lida na roça. De fato, quando suspeitos e testemunhas são inquiridos, a ocupação de “lavrador” não será mencionada apenas por homens, mas também por mulheres pantaneiras. Assim, podemos observar em uma investigação aberta no ano de 1879, contra Agostinho Pereira Guimarães, lavrador, acusado de ter agredido fisicamente o escravo pertencente a Anna Gonçalves Freitas, no Pantanal Norte – proximidade da Freguesia de Santo Antônio do Rio-Abaixo-. Consta no mesmo documento que essa moradora de cinquenta anos de idade, era casada, quando inquirida, respondeu que sua ocupação profissional era a de lavradora⁵³, tal como a testemunha Antônia Maria da Conceição, vinte e dois anos de idade, solteira, que também se identificou como lavradora.⁵⁴ Ainda no mesmo processo, Maria Gonçalves do Bom Despacho, também testemunha, viúva, que tinha por volta de setenta anos de idade, informou, como as demais, que era lavradora⁵⁵. Não poderíamos deixar de fazer menção a Florência Maria de Oliveira, que nesse processo disse ter como profissão a “lida na roça”⁵⁶.

Em outra investigação aberta no mesmo ano para apurar um acidente fatal no meio rural, mais especificamente em um lugar denominado Tarumã, Freguesia de Santo Antônio do Rio-Abaixo, o Inspetor do 6º quartelão da mesma Freguesia, Bartholome Gonçalves de Almeida, relatava no processo⁵⁷ um caso inusitado de óbito de uma mulher chamada Luiza Pinto de Arruda⁵⁸:

Levo ao conhecimento de V. S^a para os fins concorrentes, que hoje às 5 horas da tarde mais ou menos fui chamado por João do Espírito Santo para ver a mulher dele que havia sido morta, e ai chegando encontrei a referida mulher Luisa Pinto de Arruda, no meio da sala [...] porta e passando a examiná-la em presença de [...] Paes de Barros e Silvério Gonçalves da Cruz verifiquei ter sido causa da morte uma faca que levava

⁵³ APMT, Cuiabá-MT. Processo Crime, doc. n. 360, ano de 1877. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá, cx atual n. 15, doc. n. 931, p. 22.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 34.

⁵⁵ *Idem, ibidem.*, p. 35.

⁵⁶ APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relações, cx. 17, ano de 1879. Juízo de Direito da Comarca de Cuiabá, cx atual n.17, doc. n. 154.

⁵⁷ APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relação, cx. 17, ano de 1879. Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá, cx. atual: 17, doc. n. 159.

⁵⁸ Não consta no documento a idade desta moradora.

no peito do lado esquerdo. Soube então que tinha ela ido arrancar mandioca, na sua vinda, caiu sobre uma faca que trazia na mão, de que resultou a ofensa, que em menos de meia hora morrerá.⁵⁹

Apesar da tragédia que ceifou sua vida, o documento oferece pistas inequívocas de atividades laborais femininas nos espaços geralmente reservados aos homens. O que mais nos chama a atenção nessa ocorrência é que a vítima, que trabalhava no *roçado*, por ser casada com João do Espírito Santo, não prescrevia, portanto, uma necessidade de sustentabilidade para frequentar os ambientes tidos como masculinos. Isso porque o seu marido, ao que tudo indica, era dono de uma propriedade na beira do rio chamada Espírito Santo. O mesmo tinha trinta e oito anos de idade e respondeu “que estava ele informante no canalial quando ouviu gritos de sua casa” e correu para ver o que havia acontecido; chegando lá, encontrou o corpo de sua mulher na sala⁶⁰. Isso denuncia outras possibilidades de especializações por sexo e idade diferentes além da oposição ainda recorrente entre casa-quintal *versus* roçado, já que expõe a fragilidade da fronteira entre os espaços familiares e a polaridade que delimita os ambientes masculinos e femininos e, principalmente, da versão de que estes sejam antagônicos, mesmo havendo uma articulação entre ambos⁶¹.

Partindo desse pressuposto, é preciso que sejam feitas algumas ressalvas sobre as atividades híbridas entre homens e mulheres no que tange às trocas de experiência cotidiana. Notemos, no caso presente, que a vítima havia ido à “roça” arrancar mandioca. Esse fato, que à primeira vista pode parecer tão insignificante, exige que questionemos se nesses ambientes rurais todas as ações e as fases de labuta exigidas nos períodos de plantio e colheita eram realmente praticadas por ambos os sexos.

A rigor, o que deve ser discutido quais são os requisitos em torno da moralidade interna que poderiam ou não delimitar as obrigações entre os sexos. As considerações feitas por Maria Ignez S. Paulilo são importantes porque nos alertam sobre a importância de algumas definições que dizem respeito justamente ao que é “leve” (trabalho feminino) e ao que é “pesado” (trabalho masculino)⁶². De acordo com a autora, em muitos casos os estudio-

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 03.

⁶⁰ APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relação, cx. 17, ano de 1879. Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá, cx. atual: 17, doc. n. 159, p. 09.

⁶¹ Cf.: WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., *idem, ibidem*.

⁶² PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, jan./fev. 1987.

tos podem se utilizar desses significados como ferramentas para entender as atividades cotidianas em seu pleno andamento. No que se refere ao trabalho no *roçado*, a autora ressalta:

Brejo da Paraíba, 1978, municípios de Alagoa Nova, Areia, Pilões, Serraria e Arara. Aqui a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” se faz mais clara. Entre os trabalhadores volantes, é “pesado”, masculino, principalmente roçar e cavar a terra. Roçar significa derrubar o mato grosso, inclusive árvores, a machado e foice. Cavar é preparar a terra, sem ajuda do arado, para o plantio da cana. Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar. Para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas.⁶³

Segundo Paulilo, o que irá determinar que um trabalho seja considerado “leve” ou “pesado” não está diretamente relacionado com sua dificuldade ou a força braçal despendida, mas sim à posição na escala social de quem o realiza em decorrência da hierarquia. Nesse sentido, muitos trabalhos tidos como leves em alguns lugares são avaliados como pesados em outros. Isto é, a relação tempo e espaço faz com que os atributos de diferenciação das atividades sexuais sejam singulares e locais⁶⁴. Assim, “trabalho ‘leve’ e ‘pesado’ são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas”⁶⁵.

No extenso território alagável aqui estudado, possivelmente o processo de preparação das terras fosse tarefa realizada pelos homens que ficavam responsáveis por limpar o terreno e plantar, sobretudo na prática das queimadas, com o uso da “coivara”, cujos instrumentos utilizados eram quase sempre a

⁶³ PAULILO, M. I. *idem, ibidem.*, p. 2.

⁶⁴ A autora cita o caso do Nordeste, em que nas plantações de açúcar o trabalho pesado já sobrepesa no cultivo, momento em que a mão-de-obra masculina está fortemente presente. No que toca ao cotidiano deste momento, Paulilo afirma: “Considerados ainda mais “pesados” que os trabalhos do roçado são a capina e a colheita de cana, feitas pelas trabalhadoras volantes. As folhas são ásperas e cortam a pele. Quanto mais altas as plantas, maior o desconforto. Por ocasião das greves de cortadores de cana em alguns estados do Nordeste, o Brasil inteiro pôde ver pela televisão, como se vestem essas trabalhadoras volantes para evitar machucaduras, calças compridas, camisas ou vestidos de mangas compridas sobrepostos, lenços no rosto, pés cobertos e faixas na mão. A lida da cana é considerada tão penosa que só se dedicam a ela – além dos homens, evidentemente – mulheres sozinhas, isto é, mulheres chefes de família, mães solteiras, separadas, abandonadas ou com marido doente”. *Idem, ibidem.*, p. 4.

⁶⁵ *Idem, ibidem.*, p. 4.

foice e a enxada. Já as funções femininas se inseriam, mais apropriadamente, nas colheitas apontando também para o fato de que as funções atribuídas na agricultura provavelmente eram constituídas em caráter temporário, tendo em vista que ambos os sexos não participavam de todas as tarefas realizadas na roça e menos ainda conjuntamente.

Contudo essa separação de tarefas, entre homens e mulheres, na realização de funções em determinadas fases da agricultura, não deve ser entendida como uma divisão de trabalho que tivesse como fio condutor o esforço físico. Pois, nesse ponto, há que se destacar que os códigos que atravessavam os serviços “leves” e “pesados”, em muitos casos, antecediam suas práticas. Em outras palavras, mais do que depender das atividades em seu transcurso, em sua dinâmica, o que delimitava as diferenciações sexuais do trabalho era os responsáveis por quem as praticava isto é, quaisquer que fossem as ações realizadas por mulheres e crianças, elas eram codificadas automaticamente como “leves” e, se fossem desenvolvidas por homens, como “pesadas”⁶⁶.

Outra possibilidade registrada entre os trabalhos masculinos na agricultura eram as alternâncias entre ações cotidianas. Em alguns episódios, os moradores se “auto-reconheciam” enquanto detentores de duas profissões rurais. É o que nos aponta o processo-crime, no qual Pedro Alencastro Leite de Sá, de trinta e um anos de idade, casado, e Jacinto de Couto, de cinquenta e dois anos de idade, mais ou menos, também casado, ambos moradores de Santo Antônio do Rio-Abaixo, se identificaram, quando inquiridos, como lavradores e criadores⁶⁷.

Aliás, tudo indica que a “lida” com o gado fosse desenvolvida num ambiente eminentemente frequentado pela figura masculina. Da Silva e Silva⁶⁸ também constataram esse fato entre os pescadores de Mimoso, região de Barão de Melgaço destacando que, quando isso acontecia, “o espaço de

⁶⁶ Paulilo ainda nos lembrará que as definições de atividades sexuais ainda levam em conta um valor financeiro: “Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe.” PAULILO, M. I., *idem, ibidem*, p. 3.

⁶⁷ APMT, Cuiabá-MT. Processos Crimes, Fundo: Tribunal de Relações, cx 36, doc. n. 747, ano de 1896. Juízo de Direito de Cuiabá, cx 89, doc. n. 991.

⁶⁸ DA SILVA, C.; SILVA, J. A., *idem, ibidem*, p. 70. Não se esquecendo de que na região norte pantaneira, a criação de animais se referiam, em sua grande parte, à bovina.

circulação do homem é muito mais amplo”. Seguindo esta linha de raciocínio, as pesquisadoras afirmam que: “Não é raro mulheres de Mimoso que não conhecem Mata Verde ou Ximbuva (localidades existentes nas proximidades); geralmente seus domínios restringem-se apenas ao redor das moradias. O largo é ‘frequentado’ apenas pelos homens que aí vão para manejar as pastagens, cuidar das “reses” doentes ou pescar”⁶⁹. Outras atividades que tinham grande possibilidade de serem predominantemente masculinas e que permitiam, simultaneamente, maior circulação entre os ambientes rurais aquelas voltadas para a derrubada de matas e, sobretudo, as queimadas para pastagens.

COMPARTILHANDO ESPAÇOS, RESSIGNIFICANDO FUNÇÕES: AS MODIFICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE GÊNEROS

Não apenas as relações de poder entre os grupos sociais tiveram até certo ponto novos desdobramentos, adquirindo outro caráter, mas também as relações familiares. A intensificação da produção de certas mercadorias de fato ressignificou a posição da mulher e do homem na família. A questão merece uma análise mais profunda, contudo nos limitaremos a tecer breves considerações sobre as relações de gênero que terá como pano de fundo as transformações do *habitus* dos mesmos, em virtude da intensificação e até mesmo especialização das atividades rurais.

Entre produtos alimentícios que foram valorizados no período estudado, podemos mencionar: o queijo⁷⁰, a rapadura⁷¹, a farinha de mandioca⁷², o doce de goiaba⁷³, as bolachas⁷⁴ entre outros. Tarefas domésticas ou realizadas nos

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 70-1.

⁷⁰ NDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 8 de fevereiro de 1892. Despachado por Antonio Joaquim da Rocha o que abaixo se declara para Assumpção, no vapor n. (al) “Humayta”, 1 Caixa contendo sessenta e três kls de queijo.

⁷¹ NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT, Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 11 de janeiro de 1892. Despachado por Burges o que abaixo se declara para o Paraguai, no vapor n. (al) “Humayta” de produção Nacional livre. 10 Caixas com mil e cem rapaduras.

⁷² NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 10 de mde 1892. Despachado por Toribo Baes o que abaixo se declara para Assumpção no vapor nacional “Humaytá”, produção do “Estado”. 10 Litros com farinha de mandioca.

⁷³ NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 16 de março de 1892. Despachado por CAVASSA & CIA vapor n. (al) para Assumpção Republica do Paraguai. 1 Caixão contendo setenta e cinco kilos de doce de goiaba.

⁷⁴ NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 19 de fevereiro de 1892. Despachado por CAVASSA & CIA no vapor n.(al) Diamantino os seguin-

quintais poderiam admitir um caráter produtivo ao alcançar um significado econômico interno. A produção dessas mercadorias contou com a forte presença da mulher. Nesse caso, houve uma valorização funcional dos espaços e ações femininas corroborando para algumas modificações no convívio familiar.

Percebe-se que a produção caseira, como os doces de leite, goiaba entre outros, que era possivelmente desenvolvida por mulheres, com a intensificação da navegação fluvial passaram a contar também com a mão de obra masculina. Isso pode estar ligado à grande importância econômica que essa indústria caseira de alimento proporcionou entre os moradores fixados ao longo dos rios.

Seria interessante ressaltar outro componente, que provavelmente poderia estar inserido entre os valores perpetuados durante as negociações internas dos “ribeirinhos”, a desvalorização da mulher nas atividades que gerassem retorno financeiro. A esse respeito, podemos recorrer às ponderações da historiadora Miridan Knox Falci, sobre as mulheres do século XIX, nas províncias do Piauí e Ceará⁷⁵. No tocante às atividades femininas na confecção de “doces por encomendas, arranjos de flores, bordados a crivo, [...] aulas de piano ou solfejo”⁷⁶ eram decodificados na sociedade proeminente da seguinte forma:

Entretanto, essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem vistas socialmente. Tornavam-se facilmente alvo de maledicência por parte de homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa, ou observavam sua decadência econômica. Por isso, muitas vendiam os produtos de suas atividades através de outras pessoas para não quererem aparecer. Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro.⁷⁷

A autora destaca que esses preceitos estavam fortemente presentes entre “as mulheres menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida”⁷⁸. No entanto, não devemos recusar a possibilidade de que às mulheres não caberia exercer atividades que prescrevessem circulação monetária, diante de um uni-

tes gêneros de produção d’este estado para Montevideo Rep^o(ca) Oriental de Uruguay. 24 amarrada 133 bolachas de {...}, pesando novecentos e noventa kilos 990.

⁷⁵ FALCI, M. K. Mulheres no sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-277.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 249.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 249.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 249.

verso simbólico que gravitava em torno de valores e idéias racionalizados por meio das práticas: a mão de obra feminina incorporava um sentido negativo, caso a mesma fosse vendida ou o resultado do seu trabalho redundasse em retorno financeiro. Se isto acontecesse a reprovação não abarcava apenas a figura feminina, mas se desdobrava para toda a família, sobretudo, para o “homem da casa” isto é, a moralidade muitas vezes era um dos componentes que mais servia para acobertar as relações de poder presentes nesse processo de naturalização das atividades.

Por isso, era tão recorrente que nos espaços que gerassem lucro se não praticados parcialmente pela figura masculina, era muito mais propício de serem administrados por eles, pois, até então, entre todas as negociações econômicas citadas pelos viajantes que estiveram presentes nos rios Cuiabá e São Lourenço, recorrentemente não havia a menção da figura feminina nas transações locais.

Todavia, isso não significava, a inexistência de espaços cuja presença masculina predominasse consideravelmente, a tal ponto, que a especialização funcional despendida sobre estas atividades tivesse como referencial a mão de obra do “homem da casa” e de seus filhos. Estamos falando aqui dos pantaneiros que se autodenominavam “oleiro”⁷⁹, “espingardeiro”⁸⁰, “redeiros de pesca”⁸¹ ou mesmo “negociante”⁸².

Em contrapartida havia de fato a especialização da mão de obra feminina em determinadas atividades relacionadas aos ambientes domésticos, percebidas por meio dos processos-crimes quando os chefes de polícia indagavam aos envolvidos, testemunhas e informantes a respeito de suas vidas. Citaremos aqui o caso de Maria da Conceição dos Santos, que possuía cinquenta anos de idade, moradora no lugar denominado Formiga, solteira, que disse ser “costureira” e “tecedeira de rede”; ou Clara Geralda de Oliveira, que tinha em torno de quarenta anos de idade, solteira, respondeu ser “fiandeira de

⁷⁹ Foi o caso de Jacinto José de Lauro, quarenta e três anos de idade, residente na freguesia de Santo Antonio do rio-abaiixo. APMT, Cuiabá-MT. Processo Crime, 1877, doc. n. 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá, cx. atual n.15, doc. n. 931.

⁸⁰ Morador chamado Gabriel de Freitas Guimarães, trinta anos de idade, solteiro. APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relação, cx: 17, doc. n. 383, ano de 1879. Juiz de Direito Substituto de Cuiabá. cx: 17, doc: n. 157.

⁸¹ DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A., *idem, ibidem*.

⁸² Assim se caracterizou João Beira de Almeida, 45 anos de idade, casado, que estava de passagem na casa de João do Espírito Santo, residente de Santo Antonio do rio-abaiixo. APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relação, doc. n. 382. Juízo de Direito da Comarca de Mato Grosso. cx atual n.: 17. doc. n. 156.

algodão”⁸³. Esta última quando perguntada sobre sua profissão respondeu viver exclusivamente “de suas agências”⁸⁴.

Interessante perceber nesse processo-crime que Geralda Clara de Oliveira ao afirmar que vivia “de suas agências”, nos indica sinais de que os trabalhos domésticos e femininos poderiam render o bastante para gerar a sustentabilidade individual, ou seja, não eram atividades executadas esporadicamente, ou apenas para o consumo familiar. Contudo os documentos nos têm revelado que as atividades femininas, em sua maioria, não fugiam das recorrentes em outras regiões rurais do Brasil no período⁸⁵.

Falci ressalva que muitas atividades femininas no século XIX, são encontradas no Nordeste - Piauí e Ceará- e adquiriram a dimensão de serviço para a manutenção da casa:

[...] as mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras- estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais e companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenhas, cavoucar, semear, limpar a roça de mato e colher.⁸⁶

O princípio que elenca o fator da necessidade econômica como o motivo imprescindível para a figura da mulher se inserir ao trabalho familiar, ou em qualquer tipo de atividade autônoma ou remunerada – e que remete, portanto a um entendimento de que a viabilidade de seu sustento é que gera um valor simbólico de trabalho – nos leva a refletir um pouco sobre o sentido deste termo, já que subentende-se que as ações femininas não são codificadas como trabalho.

De acordo com Miriam Nobre:

A divisão sexual do trabalho estaria então profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens. Em estudo publicado em 1975, Verena Martinez-Alier já trazia a fala das

⁸³ APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relações, cx. 16, ano de 1876, doc. n. 367. Secretaria de Polícia de Cuiabá, cx. atual n.16, doc. n. 145.

⁸⁴ *Idem, ibidem*.

⁸⁵ Um fato curioso encontrado entre os processos crimes se refere a uma moradora da Freguesia de Santo Antonio do Rio-abaiixo, de vinte e quatro anos de idade, solteira, filha de José Pinto de Magalhães e Anna Gonçalves Freitas, respondeu ser costureira, e depois corrigindo a si mesma se referenciou enquanto “lardeira”. APMT, Cuiabá-MT. Processo Crime, 1877, doc. n.360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá, cx. atual n.15, doc. n. 931.

⁸⁶ FALCI, M. K., *idem, ibidem*, p. 250.

mulheres bóias-frias. ‘O homem trabalha porque é homem; a mulher porque precisa’. Isto é, o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como provisórias no mundo do trabalho. O título de ‘provisórias’ ou ‘estranhas’ a um mundo onde sempre estiveram serve a uma desvalorização do trabalho das mulheres.⁸⁷

Sendo assim, as atividades e os espaços femininos não eram reconhecidos localmente como “trabalho”, e quando conseguem adicionar este valor têm como um dos requisitos o imperativo de sustentabilidade de caráter também monetário ou seja, a mulher só iria trabalhar quando carecesse reunindo como um dos componentes para a definição de trabalho uma administração interna que esteja relacionada à produção, à troca de mercadorias e ao lucro.

Enfim, é possível perceber que a reabertura fluvial conduziu moradores locais à especialização de práticas nas quais eram introduzidos outros valores que perpassavam, sem dúvida alguma, pela lucratividade. É justamente nesse aspecto que reside a complexidade e os paradoxos das modificações no *habitus* pois, como nos foi revelado, moradores locais se especializavam cada vez mais nas atividades diárias (uns mais outros menos) em decorrência, grande parte, do aumento da demanda, isto é, para atender ao mercado. A atualização do cotidiano dos “ribeirinhos” só foi possível graças à articulação ao capitalismo industrial. Contudo, o engendramento dessas novas relações não implicou na imposição de regras, valores e disciplina do trabalho industrial intrínseco a esse sistema.

O mais interessante em relação ao universo rural dos “ribeirinhos” foi justamente entender a complexidade e a variedade de suas ações que contribuíam para a construção de denominações locais que, conseqüentemente circulavam entre os demais moradores do Pantanal Norte. Pois se os moradores da beira do rio eram conhecidos externamente como “ribeirinhos”, internamente tinham uma denominação própria correlacionada com as suas práticas diárias: agricultores, oleiros, criadores, espingardeiros dentre outros, havendo casos em que a multiplicidade de suas atividades os possibilitava o enquadramento em duas ou mais categorias. Entre as mulheres havia também certa diversificação de suas ações cotidianas, haja vista que elas eram denominadas localmente de: costureiras, criadoras, lavradoras, redeiras, dentre outros.

Artigo recebido em 11 de julho de 2010.

Aprovado em 29 de setembro de 2010.

⁸⁷ NOBRE, M., *idem, ibidem*, p. 7.

